

Impérios defuntos, herdeiros batalhadores

Vamos evocar aqui alguns aspectos de impérios que existiram (o português antes de mais), ou que poderiam ter sido implantados no ultramar, ou ainda que pretenderam substituí-los (provisoriamente) depois da descolonização (os leitores descobri-los-ão facilmente). E, inevitavelmente, acrescentaremos também duas ou três palavras sobre os problemas de alguns dos seus sucessores. *Memória e Império*¹ é uma enorme tese original dedicada a uma das especialidades dos impérios que se mantiveram durante um longo período e aos fundadores ou ampliadores que a pátina dos séculos tornou «admiráveis» quando os historiadores nacionalistas assim o decretam. Neste registo, monárquicos ou republicanos, os portugueses são os campeões do mundo das comemorações imperiais. Maria Isabel João teve, pois, razão ao estudar, com um luxo de pormenores inauditos, os bastidores políticos, a organização e os organizadores, as práticas e os rituais, os suportes (monumentos, estátuas, publicações, moedas, medalhas, selos, etc.) dessas manifestações. Em cerca de 200 páginas, ela explica claramente quem ou qual é o objectivo desse culto entre 1880 e 1960. Aparentemente, ainda se mantém vivo no século XXI! Nem tudo sobre o esplendor imperial se centra nestes fastos, que custam muito dinheiro, mas os «descobridores e conquistadores» têm ocupado um largo espaço nesta mística, que, quase sempre, se apoia numa concepção heróica da identidade nacional e da sua projecção universal. Até em alguns discursos recentes o messianismo, a sacralização da história portuguesa, a sua unicidade, são invocados. E vemos mesmo reflorescer aqui ou ali, timidamente ou não, a exaltação das virtudes marciais que alguns portugueses se atribuem generosamente. Tudo isto e muito mais poderá ser lido neste trabalho, que beneficia, para além disso, de dois índices e de uma bibliografia abundante.

¹ Maria Isabel João, *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002, 774 páginas.

Um domínio no qual os portugueses são, sem dúvida, pioneiros — e foram modelos em períodos recentes — foi a arquitectura tropical em África. Quem conheceu Angola ou Moçambique — ou pelo menos as cidades mais importantes — tem de reconhecer o esforço extraordinário do Estado, das empresas e dos particulares para tornar mais lusitanas as cidades (nos seus bairros «brancos»). *Geração Africana*², de certa forma, é uma homenagem às dezenas de arquitectos inovadores, muitas vezes talentosos, que em cinquenta anos (às vezes muito menos) modificaram profundamente o urbanismo das aglomerações antigas ou recentes (o caso de Serpa Pinto, que se tornou Menongue, é o exemplo mais flagrante que vi). Se compararmos com aquilo que foi feito pelos seus sucessores importados depois de 1975, que cultivaram a fealdade ou deixaram que a degradação e a lepra invadissem a cidade construída (para não falar dos bairros monstruosos nascidos da amontoação dos milhões de refugiados ou desalojados pelas guerras civis ou pela pobreza rural), só podemos concluir que esses arquitectos do fim do império mereciam, também eles, a sua comemoração. A rica iconografia do livro e o estudo detalhado, tanto biográfico, geográfico, como artístico e até político (inúmeros anti-salazaristas entre estes arquitectos do ultramar), do autor, ele próprio arquitecto, estão à altura da obra realizada.

E agora vejamos como é que numerosas pessoas alheias ao mundo lusófono calçaram as botas abandonadas pelos portugueses para tentarem apaziguar os conflitos sucessórios em Angola e Moçambique. Os diplomatas são os mais produtivos, do ponto de vista editorial, ainda que alguns militares enviados pelas Nações Unidas tenham publicado ou publiquem ainda em países muito distantes de Chaimite e de Ngiva. Colocar gatos em fila e tentar fazê-los marcar passo é a tarefa dos colaboradores de *Herding Cats*³, forma metafórica para dizer que a missão deles não foi fácil. Eles abarcam uma grande área, do Kosovo ao Camboja, mas aqui limitemo-nos àquilo que dizem sobre a sua intervenção em Angola (três grandes capítulos) e em Moçambique (dois capítulos). Como quase todos os autores publicaram um livro sobre estes dois países em crise, não encontraremos elementos verdadeiramente desconhecidos e, em geral, eles valorizam a sua acção de mediadores. No entanto, as aproximações entre situações políticas e estratégicas diferentes, a variedade das abordagens e dos meios utilizados e ainda outros factores fazem deste livro uma colecção de testemunhos úteis num curso de relações internacionais. São estudados, nomeadamente, o regulamento da paz

² José Manuel Fernandes, *Geração Africana. Arquitectura e Cidades em Angola e Moçambique, 1925-1975*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002, 118 páginas, fotos a preto e branco.

³ Chester A. Crocker, Fen Osler Hampson, Pamela Aall (orgs.), *Herding Cats: Multiparty Mediation in a Complex World*, Washington, United States Institute of Peace Press, 1999, xxi-735 páginas.

na África austral (1988), o papel da comunidade de Santo Egidio a propósito de Moçambique, as aplicações contrastadas dos acordos de Bicesse e de Lusaka (Angola) e o acordo de Roma (Moçambique), fiscalizados, nem sempre muito bem, pelas Nações Unidas.

Mais distanciadas, as contribuições contidas em *Beyond the Emergency*⁴ são factos de politólogos por vezes muito críticos, o que é uma posição mais confortável do que a dos diplomatas, se bem que nunca ponham em risco as suas carreiras, nas tentativas de conciliarem o inconciliável. Os professores preconizam uma estratégia a longo prazo, e não estes múltiplos recursos, de forma catastrófica, às Nações Unidas em caso de crise. Um capítulo é dedicado a Angola e a Moçambique. O desenvolvimento deve estar na base da estabilidade. Tudo isto está cheio de bom senso, de boas intenções. Só lhes falta convencer os gatos para estes ficarem quietos quando só existe um pequeno rato para matar a fome a oito grandes gatos esfomeados.

Com Vernon Damani Johnson⁵ entramos no activismo universitário, variante afro-americana e mesmo pan-africanista ou profética. O autor, politólogo de formação, procura identificar os fundamentos que estão na base das revoluções em África (de facto, alguns contentar-se-iam em falar das descolonizações). Sobre os oito casos africanos que ele analisa, tem toda a razão em conceder um bom lugar à Guiné-Bissau-Cabo Verde, a Angola e Moçambique (e ao socialismo «científico»). Não traz elementos novos relativamente a eles, resumindo uns trinta autores anteriores (todos anglófonos), mas, em conjunto, estes esquemas conceptuais e as suas interpretações (mais ou menos elogiosas no que diz respeito à Guiné-Bissau e a Moçambique, muito menos a Angola) são coerentes e irão interessar os teóricos que tomaram uma tal importância que por vezes fica a dúvida se um revolucionário fez uma insurreição para libertar o seu povo ou para ser objecto de um Ph.D numa universidade do Mid-West ou da Escandinávia.

No que concerne a Angola, vamos abordá-la pela Europa central com um extenso livro publicado sob a direcção de Walter Sauer⁶, que de Viena nos revela muitas coisas sobre o papel desempenhado pela Áustria-Hungria — até agora praticamente desconhecido do público estrangeiro — e seus activistas na partilha de África e sobretudo na sua exploração geográfica, científica e económica. Aprendemos lá, por exemplo, que a marinha dos Habsburgos, muito tempo depois dos portugueses, cobiçava Socotora (e não

⁴ Jeremy Ginifer (org.), *Beyond the Emergency. Development within UN Peace Missions*, Londres, Frank Cass, 1997, iii-140 páginas.

⁵ Vernon Damani Johnson, *The Structural Origins of Revolution in Africa*, Lewiston (Nova Iorque), The Edwin Mellen Press, 2003, viii-398 páginas.

⁶ Walter Sauer (org.), *k.u.k. kolonial. Habsburgermonarchie und europäische Herrschaft in Afrika*, Viena, Böhlau Verlag, 2002, 396 páginas, fotos a preto e branco.

só), enquanto um etnólogo militante teria desejado que Fernando Poo e o Sara «espanhol» se tornassem colónias austríacas. No entanto, nada é referido sobre as desventuras dos naufragos austro-húngaros retidos e resgatados na ilha de Orango (Bissagos) em 1878-1879 (v. René Pélissier, *Naissance de la Guinée*, Orgeval, 1989, Editions Pélissier, pp. 125, 137 e 138). Mas troquemos a Guiné «portuguesa» por Angola, consultando o trabalho (pp. 127-161) de um húngaro (francamente revisionista) sobre o herói dos africanistas de Budapeste, a saber, László Magyar, que ele reduz a uma dimensão menos significativa no plano científico. O autor efectuou pesquisas originais na Hungria e na Áustria, mas conhece mal a história e a historiografia angolanas. Se tivesse lido René Pélissier, *Les guerres grises*, Orgeval, Editions Pélissier, 1978 (naturalmente impossível de encontrar nas bibliotecas austríacas e muito menos nas húngaras), não teria escrito (p. 141) que João de Andrade Corvo era governador-geral de Angola. Mas ele teve humor e não lamenta (pp. 157-158) que os angolanos não tenham sido súbditos da dupla monarquia e, por este facto, não tenham conhecido o sabor da *Sachertorte*. Um livro muito rico, original, respeitável e útil.

Vizinha, mas mais centrada sobre a vulgarização de um país muito ignorado na República Checa, citaremos a breve monografia de Jan Klíma⁷, que insiste sobre a história de Angola para chegar às relações entre os dois países e fornecer elementos de forma a desenvolvê-las. A partir de Praga, subimos até à antiga Alemanha de Leste, onde um autor⁸ polivalente (piloto, dramaturgo, cooperante, jornalista, etc.) com pelo menos três livros sobre Angola (no tempo em que o país interessava a Berlim Leste) nos oferece um romance «marítimo-político» sobre as últimas convulsões da ajuda leste-alemã a Angola (na ocasião da entrega de um barco de pesca a Luanda). Também lá encontramos coisas inesperadas graças à imaginação de um autor que tem o mérito de ter conhecido Angola através da visão «socialista» do mundo. Depois, passamos para um trabalho de sensibilização angolanista em proveito de um país que, no século XVII, quase fez dele a sua colónia. Embora Bram Posthumus⁹, jornalista independente, insista sobre os recentes acontecimentos (a fotografia do túmulo de Savimbi é um exemplo de uma iconografia centrada sobre a actualidade mais brutal), ele consegue, em poucas páginas, dizer o essencial daquilo que os neerlandófonos (incluindo os belgas) deveriam saber sobre a Angola actual e a sua miséria.

A partir de Amsterdão, descemos até aos antigos «inimigos hereditários», convocando dois textos de missionários espanhóis que decorridos alguns anos

⁷ Jan Klíma, *Angola*, Praga, Libri, 2003, 99 páginas.

⁸ Jürgen Leskien, *Kieloben. Die unglaubliche geschichte einer Seefahrt*, Jacobsdorf (Alemanha), Verlag Die Furt, 2001, 211 páginas.

⁹ Bram Posthumus, *Angola. Mensen. Politiek. Economie. Cultuur. Milieu*, Amsterdão, Koninklijk Instituut voor de Tropen, 2003, 74 páginas, 1 mapa desdobrável, fotos a preto e branco e a cores.

conseguiram publicar pelo menos cinco ou seis livros sobre o que fazem ou fizeram no país que apenas interessa a um público espanhol restrito. *Com Mi Vuelta a Angola*¹⁰, Ruiz de Arcaute já chegou ao seu quarto título sobre Angola desde 1960. Antigo missionário na Baixa de Cassange, regressou em Setembro de 2002 a Angola para visitar várias personalidades e instituições religiosas de Luanda a Cuale, via Malange. Não foi muito elogioso no que respeita ao pessoal político, mas realça o esforço considerável no domínio da assistência social, educativa, sanitária e até agrícola desenvolvido pelos missionários, em particular pelos bascos.

*Angola, Querida Angola*¹¹ pertence ao mesmo género. O livro compreende:

- 1.º Uma narrativa de viagem de uma irmã de Santa Teresa de Jesus às instituições da Companhia em Setembro de 1991 no Centro de Angola (de Benguela a Bela Vista);
- 2.º Uma história desde o início da instalação em 1949 até 2001 (em São Tomé);
- 3.º Provavelmente, o mais importante, a relação detalhada (pp. 171-196) do rapto (5 de Setembro de 1983) de seis irmãs e sete aspirantes, mais um missionário uruguaio de Calulo, pela UNITA. Caminharam de 5 de Setembro até 18 de Outubro de 1983 e ficaram dois meses numa base de Savimbi numa altura em que ele tentava captar a atenção dos *media* estrangeiros, o que nos traz de volta à política.

Estamos envolvidos nela com um livro¹² que tem uma importância inegável para aqueles que se interessam — e parecem ser ainda muitos — pela história do MPLA. O autor tem uma tripla qualidade. Viveu — enquanto participante — a luta anticolonialista dos anos 50 e 60. Mas, enquanto médico, tem um olhar clínico sobre os homens e os acontecimentos. E, enquanto investigador, explorou os arquivos da PIDE e neste volume dá uma espécie de guia parcial no que diz respeito ao seu assunto. De facto, oferece uma mina de dados muitas vezes desconhecidos por parte das outras publicações anteriores, nomeadamente de John Marcum, que, curiosamente, não cita na bibliografia, a qual, por outro lado, deveria ter sido publicada depois de um alargamento considerável e de uma releitura muito mais atenta das entradas, que nem sempre correspondem às grafias das notas (v. pp. 140 e

¹⁰ Honorio Ruiz de Arcaute, *Mi Vuelta a Angola*, Vitoria, Departamento de Diputado General, Diputación Foral de Álava, 2003, 119 páginas, fotos a preto e branco.

¹¹ M.ª Victoria Molins e Ana M.ª Agorreta, *Angola, Querida Angola....*, Barcelona, Ediciones STJ, 2002, 203 páginas, fotos a preto e branco.

¹² Edmundo Rocha, *Angola. Contribuição ao Estudo da Génese do Nacionalismo Moderno Angolano (Período de 1950-1964) (Testemunho e Estudo Documental)*, Massamá (Portugal), ed. do autor, edmundo.rocha@clix.pt, 2003, 366 páginas, 1 quadro desdobrável, fotos a preto e branco.

324, por exemplo), a tal ponto que os artigos se tornam livros, e vice-versa, e a ortografia dos nomes próprios se torna, por vezes, também errática. Tudo isto é secundário perante o que deve ficar deste livro: a honestidade do autor, que faz julgamentos matizados sobre os seus antigos companheiros, realçando, nos mais importantes, as suas fraquezas, as suas forças, os seus erros e por vezes pior. Para nos determos só nos mortos, podemos ler com satisfação o que diz sobre Agostinho Neto, Viriato da Cruz, Mário de Andrade, etc. Uma personagem, que sempre afirmara não ser comunista, segundo o autor, revela-se membro do PCP. E assim sucessivamente. Um dos dramas do nacionalismo angolano e moçambicano dos anos 50-70 foi ter sido parcialmente modelado pela mentira, o que não é dito, pelas segundas intenções, pelas rivalidades sociais e étnicas, pelo verbalismo, pela necessidade de promessas redobradas sempre mais vivas, para despertar o interesse da opinião externa. Só em Estocolmo e Amsterdão é que ainda se acreditava no que diziam os boletins de vitórias militares do MPLA e da FRELIMO. Lembro-me desse jornalista que, irritado pelos enormes exageros de alguns comunicados que recebia do MPLA, da FNLA e da FRELIMO, os atirava logo para o lixo, sem sequer os ler. A seriedade, a compostura, o esforço contínuo, muitas vezes ignorados durante a luta, falharam tragicamente depois de 1974 (incluindo na Guiné-Bissau, neste caso). Este livro desmistifica os evangelhos revolucionários que quiseram incutir numa população local cujos dirigentes, tendo recebido a independência num prato de prata em 1974-1975, subestimaram a inteligência e a sensatez. Vimos os resultados. Excepto Cabo Verde, que conseguiu ultrapassar da melhor forma esta confrontação com as duras realidades da independência.

*Portugal no Olhar de Angola*¹³ é um estudo, conduzido por uma jornalista portuguesa nascida em Angola, sobre a imagem que o órgão «oficial» do MPLA, dito *Jornal de Angola*, apresenta sobre as realidades portuguesas em 1992 e 1996. Ela descobre que o acento é colocado sobre os aspectos políticos e que os jornalistas dessa redacção sustentam, conscientemente, os novos clichés, que substituíram os da imprensa salazarista, mas sem irer até ao fundo dos problemas. Daí ela passa para a atitude dessa imprensa «da situação» a respeito da UNITA e dos contestatários para chegar à conclusão de que se trata de uma imprensa às ordens do poder. Já o sabíamos, mas ela oferece-nos a prova mais pormenorizada.

Voltemos ao número especial da revista *Encontros*¹⁴, 2.º semestre de 2001, que tem como tema «Angola 40 anos de guerra». O que ressalta agradavelmente é a abundância de fotografias e depois desagradavelmente

¹³ Carla Baptista, *Portugal no Olhar de Angola*, Coimbra, Edições MinervaCoimbra, 2002, 154 páginas.

¹⁴ *Encontros*, 2.º semestre de 2001, Vila Nova de Gaia, Sociedade de Estudos e Intervenção Patrimonial, 2002 (?), 180 páginas, fotos a preto e branco.

um formato (29,50 × 29,50 cm) que não lhe permite estar nas estantes das bibliotecas médias. Tem de se pensar nestas coisas quando se edita, mas passemos adiante e fiquemos felizes por constatarmos que este formato enormíssimo permite ter duas colunas por página. O subtítulo indica que examinaremos, portanto, a guerra colonial e a guerra civil, ambição que é de alguma forma realizada. Segundo ponto positivo: não é uma obra de propaganda, mas, pelo contrário, uma justaposição de textos por vezes contraditórios, portanto um conjunto muito rico proveniente de historiadores, de oficiais, de médicos, de políticos, de religiosos, de activistas, de polemistas, etc. Lemos e relemos testemunhos sobre o contra-terror a noroeste de Angola, sobre o tokoísmo (muito informado), sobre a guerra a leste, os cubanos em 1975-1976, sobre a crise no seio do MPLA, o nacionalismo dos bakongo, a fundação da UNITA, a «paz» de Bicesse, Cabinda, etc. Comparado com um triste número anterior, dirigido por amadores mais comprometidos do que competentes, este texto constitui um progresso.

Antes de abordarmos Moçambique façamos uma pequena excursão diplomática a São Tomé e Príncipe com o livro¹⁵ homónimo de Michel Tournadre. Diplomática? Sim, se soubermos que a publicação deste sumptuoso álbum foi possível graças aos serviços da cooperação francesa em São Tomé. Não encontraremos, portanto, nada que possa aborrecer as autoridades locais, nomeadamente na introdução, que visa atrair o turista ao arquipélago. É na beleza das fotografias que temos de procurar o interesse do livro: roças, *tchiloli*, pescadores, flores, etc. *Putsch* militares? Errado, caro politólogo. Aqui estamos no teatro e nos cenários.

Outras latitudes, outros públicos. Ataquemos Moçambique pelo lado lúdico: o safari para amadores afortunados. Não podemos renegar este sector da bibliografia. De facto, há pelo menos uns vinte autores estrangeiros que fizeram tudo para popularizarem mais Moçambique no exterior do que todos os títulos da Agência-Geral do Ultramar no seu tempo, até mesmo todos os jornalistas que cobriram a luta da FRELIMO e da RENAMO. Leitores comprometidos na vossa paixão (a caça às feras), vocês são como a maior parte daqueles que compram a prosa dos missionários protestantes ou católicos: as repetições não vos repugnam. Portanto, leiam algumas páginas que John Kingsley-Heath¹⁶ dedica a Moçambique e depois amaldiçoem os bibliotecários americanos que, quando vêm um livro que descreve um rio-fronteira em África, o classificam, cegamente, nos dois países que divide. O exemplo mais notável é fornecido por todos os livros centrados sobre o rio

¹⁵ Michel Tournadre, *São Tomé et Príncipe*, Aurillac (França), Editions Regards, 2000, 191 páginas, fotos a cores.

¹⁶ John Kingsley-Heath, *Hunting the Dangerous Game of Africa*, Boulder (CO), Sycamore Island Books, 1998, xv-477 páginas, fotos a preto e branco e a cores.

Luangwa, afluente do Zambeze. Os catalogadores, sem os lerem, arrumam-nos sempre em Moçambique e os equívocos começam. *Colors of Africa*¹⁷ é uma narrativa de um caçador, historiador e naturalista que se desenrola, claro, no vale do rio Luangwa, mas acima de Zumbo. Texto muito rico, mas que diz respeito à Zambia, e não a Moçambique, infelizmente! Desconfiem, portanto, do rio Luangwa e também do Cubango, do Cunene ou do Rovuma, falando do ponto de vista bibliográfico: as pontes fronteiriças são raras ou inexistentes.

Assinalemos, em contrapartida, um romance de aventura de uma rodesiana (branca) imigrada nos Estados Unidos. Tem um pouco de tudo: amor, rapto, prisão, minas, leopardos, bruxos, etc. Transpomos a fronteira moçambicana oferecendo uma garafa de *whisky*. É bastante interessante e típico da literatura rodesiana quando descreve Moçambique¹⁸. Mais curto, mas mais profundamente consolidado nas realidades coloniais do Norte e do Centro de Moçambique, a compilação intitulada *Ao Ritmo da Memória* faz referência a Nampula, a Cabo Delgado, a Vila Perry (Chimoio), etc. São recordações que vão desde dos anos 50 aos anos 70¹⁹ sem preocupações políticas.

Outro autor sob a cor de uma ficção²⁰ conta-nos a vida de um jovem português, técnico agrícola em Moçambique entre 1969 e 1974. É, provavelmente, autobiográfico, e visitamos Montepuez, Porto Amélia, Tete, os quartéis portugueses de um país que tem uma guerra longínqua no Norte. Depois é Lourenço Marques, o desabamento moral da defesa portuguesa, Samora Machel, os brancos que se revelaram marxistas, a decisão de abandonar tudo, a vida de imigrante em Paris, etc.

Mudemos de língua com dois autores neerlandeses. Um²¹ é missionário no bispado de Pemba (Cabo Delgado) durante o período das perseguições da FRELIMO sobre os religiosos. Ele recolheu cartas que escreveu aos seus superiores, aos amigos, à família, o que nos dá uma ideia detalhada da situação dia após dia, ou antes semana após semana (com interrupções), entre Fevereiro de 1975 (viagem até ao planalto maconde) e a sua prisão e expulsão (Novembro de 1978). Quem estudar a política de Samora Machel durante o seu período «exuberante» deverá explorar absolutamente esta crónica

¹⁷ James Kilgo, *Colors of Africa*, Athens (Georgia), The University of Georgia Press, 2003, 207 páginas, desenhos.

¹⁸ Trisha Jackson, *Way out of line*, Baltimore, PublishAmerica, 2002, 191 páginas.

¹⁹ Glória de Sant'Anna, *Ao Ritmo da Memória*, ed. da autora (a/c Inez Andrade Paes, Quinta e Rêgo, 3880-520 Valega), 2002, 52 páginas.

²⁰ Leonido Frade, *Moçambique: Voos Imprevistos*, Braga, ed. APPACDM de Braga, 2002, 114 páginas.

²¹ Gerard van der Heijden, *Mozambique van dag tot dag. 1975-1978: in het bisdom Pemba: en monfortaanse aanwezigheid, brieven en verslagen*, ed. do autor (Van der Heijden, Klooster Montfortanen, 5688 NM Oirschot, Países Baixos), 2002, x-272 páginas, fotos a preto e branco e a cores, mapas, gravuras.

de uma incompreensão total entre os dois maiores poderes da época (antes da intervenção da RENAMO) no Norte de Moçambique. Documentos anexos fornecem-nos também precisões sobre a situação religiosa em Cabo Delgado durante a guerra colonial. Enfim, um texto que ilumina uma região onde parece que a influência dos católicos, tendo africanizado a sua hierarquia, cresceu e eles progrediram no seio dos animistas, não tanto dos «socialistas moçambicanos», como pensavam os activistas de Maputo.

O outro²² livro proveniente da Holanda é uma espécie de reportagem roborativa de uma jornalista que viveu e trabalhou durante dois anos na Beira. É bastante optimista, disposta a tudo para mostrar que o moçambicano é, por natureza, um ser bom desde o fim da guerra civil. Chega a dizer que a nação «arco-íris» não se encontra na África do Sul, onde a trincheira racial é bastante mais profunda, mas sim em Moçambique. Sobretudo quando eclode uma epidemia de cólera que missionários, expatriados, mulheres locais enérgicas, etc., conseguem vencer. Viajamos até localidades que outros escritores, menos tocados pela graça divina, nos descreveram como ruínas imundas (Inhaminga, entre outras). Enfim, aprendemos mais sobre a vida do Centro de Moçambique do que nas narrativas destes viajantes demasiado rápidos ou destes romancistas ex-rodésianos rancorosos. E os estrangeiros parecem não se arrependem de viverem nesta cidade, onde se divertem tanto como em Maputo.

Num estilo diferente, que nos lembra que Moçambique vem de longe, citemos um estudo²³ sobre a desminagem de um país onde 1,5 milhões de pessoas são ainda afectadas pelos perigos de uma minagem selvagem. Aí não é muito divertido. De 1996 a 2000 ainda houve 564 vítimas de minas, 67% nas províncias de Maputo, Zambézia e Inhambane. Estão a diminuir, mas estima-se que o país tenha já 10 000 amputados. Há poucas esperanças de os encontrar nas discotecas da Beira. Os mortos também não.

Fiquemos em Genebra com os funcionários da ONU a tratarem, em particular, da saúde das pessoas deslocadas, dos soldados desmobilizados e dos refugiados. Um seminário que teve lugar em Maputo em 1996 originou o inevitável relatório²⁴ onde os especialistas irão buscar alguns dados estatísticos. No fim do conflito, metade da população tinha abandonado a sua

²² Mary-Ann Sandifort, *De cholerafabriek*, Amsterdão, Koninklijk Instituut voor de Tropen, 2002, 153 páginas.

²³ Susan Willett (org.), *Participatory Monitoring of Humanitarian Mine Action: Giving Voice to Citizens of Nicaragua, Mozambique and Cambodia*, Genebra, United Nations Institute for Disarmament Research, 2003, XIII-107 páginas, ilustrações.

²⁴ *Health Impact of Large Post-Conflict Migratory Movements. The Experience of Mozambique. Maputo, 20-22 March 1996*, Genebra, International Organization for Migration, s. d., 98 páginas.

casa. Tais migrações têm consequências dramáticas no que diz respeito à situação sanitária de um país devastado.

Em honra dos voluntários e da ONU nas suas intervenções bem sucedidas em Moçambique, recomendamos *Volunteers against Conflict*²⁵, que, contrariamente aos nossos receios, está redigido (nos dois capítulos dedicados às eleições e à desmobilização sob a ONUMOZ) numa linguagem acessível a todos e até, por vezes, num estilo pitoresco. Portanto, 50 páginas quase jornalísticas e muito úteis.

Reincidamos na retórica com o capítulo moçambicano (pp. 182-210) de um livro colectivo sobre *Human Rights under African Constitutions*²⁶. Redigido por um membro do Centro de Estudos Africanos de Maputo, não devemos esperar grandes surpresas da parte de um jurista, mas existe algum progresso relativamente ao que se escrevia nos anos 80. O autor reconhece algumas falhas nesta sociedade pós-socialista, sendo a corrupção uma delas.

Mais firmada nas profundas realidades de uma África que fica impermeável aos *slogans* de outrora, iremos ler a aproximação antropológica das eleições de 1994 por um etnólogo americano que conhece bem os maconde. O tema é original: a base, o pequeno povo nutre uma profunda desconfiança relativamente aos poderes longínquos que pretendem gerir a sua vida e futuro. Harry G. West é fascinante na narrativa das suas aventuras com um propagandista macua da RENAMO no seio dos... maconde de Mueda antes das eleições de 1994. Ora estes não querem ser registados para votarem. Porquê? E West, como conhecedor do meio, explica-nos²⁷ as reticências destes camponeses relativamente a qualquer autoridade que seja colonialista, frelimista (no entanto, à *partida* aceite em Mueda), católica ou das Nações Unidas. Ele coloca em cena a sinistra Companhia do Niassa, a PIDE, a guerra de libertação, a bruxaria, os cartões de eleitores, os helicópteros, que relembram velhas recordações, numa palavra, as coisas escondidas que ignorarão sempre os observadores enviados por Nova Iorque e pelo Banco Mundial.

No que concerne a estes últimos, remetemos os leitores economistas para as pp. 150-193 de um texto²⁸ cuja complexidade nos ultrapassa, mas que é dedicado à reconstrução e à retoma da economia de Moçambique nos anos

²⁵ *Volunteers against Conflict. United Nations Volunteers*, Tóquio, United Nations University Press, 1996, xv-236 páginas, fotos a preto e branco.

²⁶ Abdullahi Ahmed An-Naim (org.), *Human Rights under African Constitutions. Realizing the Promise for Ourselves*, Filadélfia, University of Pennsylvania Press, 2003, x-434 páginas.

²⁷ Harry G. West e Todd Sanders (orgs.), *Transparency and Conspiracy. Ethnographies of Suspicion in the New World Order*, Durham, Duke University Press, 2003, v-316 páginas.

²⁸ Howard White e Geske Dijkstra, *Programme Aid and Development. Beyond Conditionality*, Londres, Routledge, 2003, xxvi-565 páginas.

1990 graças à ajuda internacional. É técnico e controverso, como já sabemos, e mais reservado aos especialistas.

Mais à mão, estamos felizes por assinalarmos uma biografia²⁹ de um «herói da ocupação» em Moçambique, de um monárquico convencido e de um «interlocutor privilegiado de Salazar». Sendo os mistérios da providência o que são — sobretudo em Portugal —, não ficamos admirados de que o Ministério da Cultura tenha dado o seu patrocínio a este livro, redigido por um longínquo primo (primo em 3.º grau) de uma figura que, enquanto historiador da conquista portuguesa, conheço relativamente bem nas suas actividades de destruidor da resistência africana. No entanto, fico admirado, mas ao mesmo tempo aprovo, que alguns portugueses tenham tido a ideia de festejarem o «1.º centenário da dissolução da coluna do Barué», o que mostra, como já disse, que Portugal, apesar da descolonização e dos tempos modernos, ficou muito mais marcado do que as outras metrópoles coloniais pela guerra em África. Ninguém, claro, pensava — parece — em França festejar as vitórias sangrentas do meu homónimo o general Pélissier na Argélia. E quem vai celebrar na Alemanha Waterberg e as proezas de von Trotha em 1904? Em todo o caso, gostaria que me dissessem se um comité patriótico pensa comemorar em 2004 a memória dos mortos que caíram em Vau de Pembe face ao Cuamato. Seria desejável tanto em Angola como em Portugal. Ou diplomaticamente inoportuno?

No fundo, este livro trata de uma biografia «familiar» redigida por um especialista do audiovisual e da banda desenhada. Teve, portanto, a boa ideia de desenvolver a iconografia. No que diz respeito apenas ao texto, o autor acrescenta alguns complementos aos livros publicados por João de Azevedo Coutinho, mas, em geral, apoia-se sobretudo nas suas *Memórias*. Torna-se mais original a partir do ano de 1906, isto é, a acção política da personagem ocupa a parte mais importante do livro e é nesse ponto que o autor é um pioneiro indispensável para seguir a carreira complicada do primo. Mas estamos longe de África. Resumindo, não se trata de um trabalho de historiador crítico, mas constitui um progresso claro relativamente às pálidas biografias publicadas sobre os «heróis coloniais» pela defunta Agência-Geral do Ultramar (antigamente das Colónias).

Um dos problemas da historiografia colonial portuguesa moderna é que tem maltratado os seus «grandes homens». Entre a idolatria por um Mouzinho, o amadorismo bajulador de antigos combatentes por tal ou tal camarada e o quase silêncio relativamente a grandes actores (como Massano de Amorim ou o incrível José Celestino da Silva) existe espaço para trabalhos

²⁹ António M. Martinó, *João de Azevedo Coutinho, Marinheiro e Soldado de Portugal*, Lisboa, Edições Colibri, 2002, 345 páginas, fotos a preto e branco.

universitários sem ideias preconcebidas, sem ênfase oratória, sem complacência lacrimosa ou bairrista.

Existirá algum público para este tipo de literatura científica? Aparentemente, sim. Mas, obnubilados pelos *diktats* da nova história (já não tão nova quanto isso), os profissionais de Clio teriam vergonha de se interessarem por personalidades, por colonialistas de botas? Então os amadores estão a suprir o vazio e, como toda a gente tem de viver, alguém pode reprimi-los?

Eu não, porque vou apresentar, depois dos caçadores de feras, dos missionários, outro amator, um futebolista branco, um português de nascença (1964), que se tornou uma estrela na África do Sul. Roger de Sa³⁰, guarda-redes célebre no país de acolhimento e de adopção, conta-nos brevemente o itinerário africano da sua família e a sua infância em Lourenço Marques até ao drama de 1974, que cai sobre os brancos da capital quando membros da FRELIMO e uma parte da população preta massacram colonos isolados: «Then the house next door to us was set alight. The whole family was killed. We could hear the screaming, while we were hiding in the roof of our house for days. The army didn't do anything and Frelimo obviously lost control of some of their supporters. Luckily when they arrived at our house one of their leaders said: No, leave this one. The goalkeeper Octavio de Sa [o pai do herói] lives here with his family» (p. 31). Aparentemente, estas recordações de infância do ídolo dos estádios, que se tornou campeão dos sul-africanos «arco-íris», proclamando bem alto o seu africanismo, não lhe deixaram más recordações de Moçambique nem depois do seu estatuto de imigrante, «branco de segunda classe», no tempo do *apartheid*.

Mais inesperado ainda, mas sempre sobre Moçambique, vamos citar um texto escocês³¹ entre 1918 e 2000. Trata da biografia de um «obsuro», redigida por um historiador profissional que reconstituiu a vida do avô, proletário vitoriano, grande amante de mulheres, soldado do império britânico, carteiro, que se ofereceu como voluntário, para acabar como telegrafista militar a norte de Moçambique, correndo atrás dos alemães, do célebre von Lettow-Vorbeck. O mais extraordinário neste trabalho de reabilitação da «ovelha negra» da família é que o autor é cego e, empurrado pela sua consciência profissional, dirige-se pessoalmente ao local (Montepuez e arredores) para «ver» (pelo menos sentir) como é que este avô desconhecido obteve a *military medal* pela sua bravura, a 12 de Abril de 1918, numa batalha (Medo) de que ninguém se recorda, nem na Grã-Bretanha, nem em Portugal, nem em Moçambique. O que Fred Reid diz das suas tentativas (pp. 97-120) para identi-

³⁰ Roger de Sa e Ernest Landheer, *Roger de Sa — Man of Action*, Claremont (África do Sul), New Africa Books, 2002, iv-202 páginas, fotos a preto e branco e a cores.

³¹ Fred Reid, *In Search of Willie Patterson. A Scottish Soldier in the Age of Imperialism*, Dunfermline (Escócia), Cualann Press, 2002, 159 páginas, fotos a preto e branco.

ficar Medo em Montepuez é apaixonante, mas este Sherlock Holmes com uma bengala branca teria evitado muitos incómodos ao pé das termiteiras se os seus ajudantes e assistentes visuais tivessem contactado especialistas britânicos da bibliografia moçambicana que o teriam orientado, possivelmente, para *A Handbook of Portuguese Nyasaland*, reimp. Greenwood Publishing, Nova Iorque, 1969 (p. 204). Mas, enfim, graças a ele, temos mais uma descrição de Montepuez e do seu «concelho» (o Medo) depois da guerra civil.

De uma guerra esquecida na África portuguesa passaremos sem transição para a última guerra colonial espanhola. Praticamente desconhecida, porque escondida ou minimizada pelo franquismo, a campanha d'Ifni (oficialmente, 23 de Novembro de 1957-15 de Julho de 1958) ainda suscitou poucas publicações e elas são largamente ignoradas pelos lusófonos. O mais recente livro sobre este assunto é a narrativa de um polícia militar que se encontrava no local quando ela surgiu. É um trabalho apaixonante e nostálgico. Residente em Sidi Ifni, o autor³² não participou nos combates, mas fez das suas recordações uma espécie de enciclopédia do enclave em 1957. Tendo-o visitado dez anos depois, em 1967 (René Pélissier, *Don Quichotte en Afrique*, Orgeval, Editions Pélissier, 1992), só tenho de partilhar a mesma opinião de Contijoch. A Espanha, entre 1934 e 1969, mantinha de forma generosa a ilusão de uma «província» puramente militar, o que custava caro em termos de subsídios, e para poder mantê-la lutou (em 1957-1958) contra o exército de libertação marroquino, combates onde perdeu, de acordo com o autor, que amalgama Ifni e o Sara, 199 mortos, 80 desaparecidos e 573 feridos — de facto, parece que em Ifni as perdas não ultrapassaram 118 mortos e 78 desaparecidos, podendo mesmo não ter ido além de 83 mortos e 56 desaparecidos, tudo isto contra 4000 marroquinos (dos quais alguns ifnianos revoltados), aos quais abandonou o interior do enclave a partir de 1958 e a capital, Sidi Ifni, onze anos mais tarde. Os mágicos da Dirección de Plazas y Provincias Africanas organizaram-se de tal maneira que em 1967 a nossa estada se desenrolou sob a vigilância estreita da polícia militar (v. René Pélissier, *op. cit.*, pp. 69-83), mas, pelos menos, tivemos o privilégio de assistir ao encerramento da parcela mais exótica e mais recente do império espanhol. São momentos raros na vida de um historiador da expansão ibérica e ninguém guardou uma má recordação d'Ifni espanhola, mesmo quando amputada de 90% do seu território artificial. De 1961 a 1974, os portugueses não tiveram, provavelmente, metade destes mortos para conservarem Cabinda e enriqueceram lá. Em Ifni não havia petróleo e as únicas exportações eram as embalagens que chegavam com as importações que, ano

³² Josep M. Contijoch, *Sidi Ifni' 57. Impresiones de Un Movilizado*, Valls (Catalunha), Cossetània Edicions, 2002, 261 páginas, fotos a preto e branco.

após ano, a Espanha vazava neste quartel com 4000 soldados. Viva o imperialismo económico!

De Ifni iremos para o Sara ex-espanhol, que se tornou marroquino para alguns e ocidental para outros. O que é certo é que um antigo soldado da Legión que tivesse feito o serviço militar em Smara nos anos 1950-1960 não reconheceria os locais nem os habitantes, tal é a mudança. Aqui também os que caíram durante os combates morreram por nada ou antes por causa de mitos políticos instáveis. Sophie Caratini³³, antropóloga dos Rgibat, reuniu num volume textos e inéditos dedicados às mudanças surgidas numa sociedade parcialmente nómada em 1975 e agora sedentária nos campos de uma república fantasma, exilada à volta de Tindouf (Argélia). Ela escreve até claramente e sem utilizar muito a gíria universitária. Favorável à luta da POLISARIO, mas com a cabeça fria, constata que esta sociedade arregimentada evoluiu profundamente graças às mulheres, que parecem ser as únicas ganhadoras desta vertiginosa e dolorosa revolução social que uniu clãs, tribos, patrões, escravos, guerreiros, tributários, etc., que a administração franquista procurava de forma gradual hispanizar pelo paternalismo *castrense* e pelas prebendas para os chefes.

Se voltarmos ao que se publicava sobre a história das empresas políticas de Madrid em África no tempo e sob a autoridade dos franquistas e o compararmos com o que os africanistas espanhóis agora produzem, a vastidão de temas desenvolvidos, a qualidade dos trabalhos actuais e a multiplicidade dos autores que adoptaram a África e a história das relações coloniais com este continente deixam o observador admirado e até incrédulo. Não é um renascimento, mas sim uma expansão em todos os azimutes. Quem duvidar pode procurar *Ciencia y Memoria de África*³⁴ e ler o que escrevem os seus autores, quase todos universitários. Metade, pelo menos, está ao nível internacional e ridiculariza os insuportáveis imitadores que se diziam africanistas sob as botas de Díaz de Villegas, o estrangulador supremo durante cerca de vinte e cinco anos. Este volume abre um leque que vai desde a escravatura dos pretos em Espanha, as sociedades de geografia, os interesses catalães no Norte de África, a indecisão no que diz respeito ao destino da Guiné (abandono ou conservação), um projecto de partilha de Marrocos com a França antes de 1890, os naturalistas espanhóis, a medicina colonial, etc., até à corrupção e ao atraso económico. E, mesmo assim, só temos aqui uma

³³ Sophie Caratini, *La République des sables. Anthropologie d'une révolution*, Paris, L'Harmattan, 2003, 267 páginas.

³⁴ Alejandro R. Díez Torre (ed.), *Ciencia y Memoria de África. Actas de las III Jornadas sobre «Expediciones Científicas y Africanismo Español. 1898-1998»*, Madrid, Ateneo de Madrid, Alcalá, Universidad de Alcalá (Servicio de Publicaciones), 2002, 583 páginas, fotos a preto e branco e a cores.

modesta parte dos trabalhos que se publicam ou se preparam nestes cenáculos. A iconografia foi fortemente desenvolvida. Parece que a Espanha sofre do mesmo mal que Portugal e até a França, no seus domínios preferidos, quando se trata de conhecer e de explorar a bibliografia estrangeira recente, porque as bibliotecas locais não desempenham o papel de recolherem informações africanistas exteriores, salvo excepção. E, se um desses autores nos cita de forma intensiva, como se fôssemos uma autoridade absoluta nos territórios espanhóis de África, é porque a nossa síntese — bastante concisa — foi publicada em espanhol em 1964, enquanto ele e os colegas ignoram a nossa visão crítica da sua realidade porque está publicada em francês (René Pélissier, *Don Quichotte en Afrique*, cit. *supra*) em 1992.

Por exemplo, em quantos centros de documentação espanhóis encontraremos um relatório do Fundo Monetário Internacional³⁵ dedicado à Guiné Equatorial? É puramente económico e fiscal, mas dentro de vinte anos vamos aperceber-nos de que não houve nada igual em Espanha.

Deixemos a África para irmos até Timor com um romance-documento francês — provavelmente o primeiro, mas não está garantido —, publicado em Paris (mas impresso em Pondichéry), que um jornalista conhecedor da Ásia meridional e da Indonésia dedica em parte (pp. 7-18 e 223-270) à confusão e depois a resistência timorense contra a Indonésia imediatamente após a evacuação portuguesa. Parece que Gilles Bertin³⁶ foi o único francófono que fez a cobertura dos primeiros tempos do governo da FRETILIN em Díli. É lúcido retrospectivamente: «Personne ne lèvera le petit doigt pour cette bande d'apprentis-curés et d'illuminés qui oscillent encore entre Marx et Jésus» (p. 249). A invasão do dia 7 de Dezembro de 1975 e a subida até as montanhas com a FRETILIN são descritas com vigor. Não sabemos se o autor vivenciou esta aventura de um ponta à outra, mas o seu testemunho romanceado é cativante.

Menos «exótico» e menos original, deixamos o ano da esperança (1975) para o clássico macabro com *The New Killing Fields*³⁷, que dedica pelo menos 68 páginas a testemunhos directos sobre os crimes cometidos em 1975 pelas milícias pró-indonésias e pelos militares. Era necessário ser um mau político para acreditar que com Timor cheio de jornalistas e de observadores estrangeiros estes crimes passariam despercebidos como os outros. Em 1975 e nos anos seguintes a impunidade estava assegurada. Mas, francamente, repetir esses horrores perante as televisões de todo o mundo e

³⁵ International Monetary Fund, *Equatorial Guinea: Recent Economic Developments*, Washington, D. C., 1999, 83 páginas.

³⁶ Gilles Bertin, *Le disparu de la République morte*, Paris, Editions Kailash, 2002, 270 páginas.

³⁷ Nicolaus Mills e Kira Brunner (eds.), *The New Killing Fields*, Nova Iorque, Basic Books, 2002, VIII-276 páginas, fotos a preto e branco.

esperar uma indiferença da opinião internacional traía o irrealismo do alto-comandante indonésio. Para não dizer a sua grande estupidez. A altura das pilhas de livros publicados por autores ou testemunhas do drama de 1999 (sobretudo os de língua inglesa), a sua qualidade frequente, fizeram com que Timor entrasse na consciência de inúmeros anglófonos, que, apesar da propaganda dos grupos que deram apoio à FRETILIN de 1975 a 1998, ficou tão pouco conhecido do grande público quanto as Celebes ou as Molucas. Se já foram registados muitos textos de jornalistas, de soldados, de diplomatas, de activistas de ONG e de todos esses humanitários que profissionalmente se concentram nas zonas de tensão, ainda não tínhamos visto muitos no seio dos polícias. Aconteceu com David Savage³⁸, da polícia federal australiana, que, a mando da Nações Unidas, efectuou duas missões em Timor e teve a presença de espírito de manter actualizado diariamente um jornal de 2 de Julho a 7 de Setembro de 1999. E não se limitou a Dili, visto encontrar-se em Maliana, Lolotoe, Memo, etc. No fundo do seu coração, é o remorso de ter de abandonar Timor aos massacradores que assombram estas páginas muito coloridas e pessoais. Por detrás do humor, o trauma persiste. Texto que será muito útil aos historiadores. Já existem teses defendidas sobre os acontecimentos de 1999! Ou seja, o azar de uns pode ajudar a carreira de outros.

E até há peritos, especialistas dos processos e da legislação aplicáveis às actividades policiais, que vão acrescentar Timor ao Kosovo para elaborarem novos conceitos. Como prova a compilação editada por Renata Dwan³⁹, onde as autoras predominam, o que pode ser positivo para o futuro e de qualquer maneira honra o Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI).

E vamos ficar por aqui.

Redigido em Setembro de 2003.

Tradução de António Silva

³⁸ David Savage, *Dancing with the Devil: A Personal Account of Policing the East Timor Vote for Independence*, Victoria (Australia), Monash University Press, 2002, 366 páginas.

³⁹ Renata Dwan (ed.), *Executive Policing: Enforcing the Law in Peace Operations*, Oxford, Oxford University Press, 2002, ix-144 páginas.